

Do currículo prescrito ao território vivido: interdisciplinaridade e contextualização na educação básica amazônica.

From the prescribed curriculum to the lived territory:
interdisciplinarity and contextualization in amazonian basic education.

Del currículo prescrito al territorio vivido: interdisciplinariedad y
contextualización en la educación básica amazónica.

Átila de Souza¹
Cristiane de Andrade Pontes²
Simone Teixeira Dantas³
Railane Medeiros do Nascimento⁴
Lucas lopes da Silva Aflitos⁵
Sueyde Sousa Duarte⁶
Valeska Maria Carneiro Braule Pinto⁷
Maria do Socorro Cardoso da Silva⁸

Resumo

Este artigo analisa as relações entre currículo prescrito e território vivido na educação básica amazônica, discutindo as contribuições da interdisciplinaridade e da contextualização para a construção

¹ Doutor em Ciências da Educação, Universidad de la Integración de Las Américas (UNIDA), Asunción, Paraguay. E-mail: atilabio@hotmail.com

² Mestre em Ciências da Educação, Universidad de la Integración de Las Américas (UNIDA), Asunción, Paraguay. E-mail: tiacrispontes@gmail.com

³ Mestranda em Ciências da Educação, Universidade Autónoma de Asunción (UAA), Paraguay. E-mail: monydantas100@yahoo.com

⁴ Mestre em Ciências da Educação, Universidad de la Integración de Las Américas (UNIDA), Asunción, Paraguay. E-mail: railanemedeiros@hotmail.com

⁵ Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: lucasdelucas706@gmail.com

⁶ Mestre em Ciência da Educação, Universidad de la integración de Las Américas (UNIDA), Asunción, Paraguay. E-mail: sueyded@hotmail.com

⁷ Mestranda em Ciências da Educação, Universidad de La Integración de Las Américas (UNIDA) Asunción, Paraguay. E-mail: valeskabraule88@gmail.com

⁸ Doutoranda em Ciências da Educação, Universidad de La Integración de Las Américas (UNIDA) Asunción, Paraguay. E-mail: cardoso.socorro@gmail.com

de práticas pedagógicas articuladas à diversidade territorial e sociocultural da região. Parte-se da problemática da distância entre as orientações curriculares e as diferentes realidades vivenciadas pelos estudantes nos territórios amazônicos, considerando que a organização curricular ainda apresenta características de homogeneização e fragmentação dos conhecimentos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, desenvolvida por meio de revisão de literatura sobre currículo, território, interdisciplinaridade, contextualização e diversidade sociocultural na Amazônia. A análise da literatura foi organizada em três eixos: currículo prescrito e território vivido; interdisciplinaridade e diálogo entre saberes; e contextualização curricular e diversidade territorial amazônica. Os estudos analisados evidenciam que a aproximação entre currículo e território constitui um desafio para a educação básica, especialmente diante da diversidade de contextos indígenas, ribeirinhos, camponeses, urbanos e periféricos. A interdisciplinaridade apresenta-se como possibilidade de superar a fragmentação dos conhecimentos, enquanto a contextualização contribui para estabelecer relações entre os conhecimentos escolares e as experiências concretas dos estudantes. Conclui-se que a construção de uma educação significativa na Amazônia requer o reconhecimento dos diferentes territórios e dos saberes produzidos pelas comunidades, articulando-os aos conhecimentos escolares e científicos. Recomenda-se o desenvolvimento de novas pesquisas empíricas que investiguem como essas relações se concretizam no cotidiano das escolas amazônicas.

Palavras-chave: Currículo. Interdisciplinaridade. Contextualização. Amazônia. Educação Básica.

Abstract

This article analyzes the relationships between prescribed curriculum and lived territory in basic education in the Amazon region, discussing the contributions of interdisciplinarity and contextualization to the development of pedagogical practices connected to the territorial and sociocultural diversity of the region. It addresses the gap between curricular guidelines and the different realities experienced by students in Amazonian territories, considering that curricular organization still presents characteristics of homogenization and fragmentation of knowledge. This is a qualitative, bibliographic study developed through a literature review on curriculum, territory, interdisciplinarity, contextualization, and sociocultural diversity in the Amazon. The literature analysis was organized into three thematic axes: prescribed curriculum and lived territory; interdisciplinarity and dialogue among different forms of knowledge; and curricular contextualization and Amazonian territorial diversity. The studies analyzed show that establishing closer relationships between curriculum and territory remains a challenge for basic education, especially considering the diversity of Indigenous, riverine, rural, urban, and peripheral contexts. Interdisciplinarity emerges as a possibility for overcoming the fragmentation of knowledge, while contextualization contributes to establishing connections between school knowledge and students' concrete experiences. It is concluded that building meaningful education in the Amazon requires recognizing different territories and the knowledge produced by local communities, articulating them with school and scientific knowledge. Further empirical research is recommended to investigate how these relationships are implemented in the daily practices of Amazonian schools.

Keywords: Curriculum. Interdisciplinarity. Contextualization. Amazon. Basic Education.

Resumen

Este artículo analiza las relaciones entre el currículo prescrito y el territorio vivido en la educación básica amazónica, discutiendo las contribuciones de la interdisciplinariedad y la contextualización para la construcción de prácticas pedagógicas articuladas con la diversidad territorial y sociocultural de la región. El estudio parte de la problemática de la distancia entre las orientaciones curriculares y las diferentes realidades vividas por los estudiantes en los territorios amazónicos, considerando que la organización curricular todavía presenta características de homogeneización y fragmentación de los conocimientos. Se trata de una investigación cualitativa, de naturaleza bibliográfica, desarrollada mediante una revisión de la literatura sobre currículo, territorio, interdisciplinariedad, contextualización y diversidad sociocultural en la Amazonia. El análisis de la literatura se organizó en tres ejes temáticos: currículo prescrito y territorio vivido; interdisciplinariedad y diálogo entre saberes; y contextualización curricular y diversidad territorial amazónica. Los estudios analizados evidencian que la aproximación entre currículo y territorio constituye un desafío para la educación básica, especialmente ante la diversidad de contextos indígenas, ribereños, campesinos, urbanos y periféricos. La

interdisciplinariedad se presenta como una posibilidad para superar la fragmentación de los conocimientos, mientras que la contextualización contribuye a establecer relaciones entre los conocimientos escolares y las experiencias concretas de los estudiantes. Se concluye que la construcción de una educación significativa en la Amazonía requiere reconocer los diferentes territorios y los saberes producidos por las comunidades, articulándolos con los conocimientos escolares y científicos. Se recomienda el desarrollo de nuevas investigaciones empíricas que analicen cómo estas relaciones se concretan en la vida cotidiana de las escuelas amazónicas.

Palabras clave: Currículo. Interdisciplinariedad. Contextualización. Amazonía. Educación Básica.

INTRODUÇÃO

O currículo constitui um elemento central na organização da educação escolar, pois expressa conhecimentos, valores e experiências considerados relevantes para a formação dos sujeitos. Entretanto, sua concretização ultrapassa as prescrições estabelecidas nos documentos oficiais, uma vez que se desenvolve em contextos sociais e culturais específicos. Para Sacristán (2000), o currículo constitui uma construção social que se materializa em diferentes níveis de decisão e prática, estabelecendo relações entre o que é prescrito e aquilo que efetivamente se realiza no cotidiano escolar. Nesse sentido, pensar o currículo implica considerar as realidades nas quais os processos educativos acontecem e os sujeitos que deles participam.

Essa discussão assume particular importância na educação básica amazônica, marcada pela diversidade de territórios, culturas e modos de vida. Povos indígenas, comunidades ribeirinhas, populações do campo e diferentes contextos urbanos e periféricos constituem realidades que desafiam perspectivas curriculares homogêneas. Camargo et al. (2022) destacam a diversidade sociocultural das Amazônias e a necessidade de enfrentar modelos curriculares que desconsideram os diferentes saberes e experiências presentes nesses territórios. Nessa mesma direção, Silva et al. (2023) problematizam as formas simplificadas pelas quais a Amazônia é representada nos currículos escolares, frequentemente privilegiando seus aspectos naturais em detrimento de suas dimensões sociais, culturais e históricas.

A problemática, portanto, situa-se na tensão entre o currículo prescrito e o território vivido pelos estudantes. Embora os documentos curriculares reconheçam princípios como a contextualização e a interdisciplinaridade, a organização escolar ainda apresenta forte fragmentação dos conhecimentos e dificuldades para estabelecer relações efetivas com as especificidades dos diferentes territórios amazônicos.

Barbosa, Silva e Santos (2023), ao analisarem o currículo do estado do Pará, identificam limites na articulação entre interdisciplinaridade, contextualização e complexidade, evidenciando os desafios de contemplar a diversidade e a multidimensionalidade dos saberes necessários à compreensão da realidade regional.

Nesse contexto, o território vivido pode constituir uma importante referência para a construção do conhecimento escolar. Para Santos (2006), o território é produzido pelas relações entre sujeitos, objetos e ações, ultrapassando sua compreensão como simples espaço físico. Na educação, essa perspectiva permite reconhecer que as experiências, os conhecimentos e as relações estabelecidas pelos estudantes com seus territórios podem contribuir para a construção de aprendizagens mais significativas. Assim, a escola amazônica é desafiada a estabelecer relações entre os conhecimentos sistematizados e os saberes produzidos nas comunidades e nos diferentes contextos socioculturais.

A interdisciplinaridade e a contextualização apresentam-se, nesse cenário, como possibilidades para superar a fragmentação dos conhecimentos e aproximar o currículo das realidades vivenciadas pelos estudantes. Para Fazenda (1994), a interdisciplinaridade pressupõe uma atitude de diálogo entre diferentes campos do conhecimento, enquanto Morin (2009) destaca a necessidade de articular saberes para compreender fenômenos complexos. No contexto amazônico, essa perspectiva também envolve o reconhecimento e o diálogo com saberes indígenas, ribeirinhos e tradicionais, contribuindo para uma educação que valorize a diversidade territorial e epistemológica da região (SANTOS, 2010).

Diante dessa problemática, o presente artigo busca responder à seguinte questão: de que maneira a interdisciplinaridade e a contextualização podem contribuir para aproximar o currículo da educação básica das diferentes realidades territoriais vivenciadas pelos estudantes na Amazônia? Assim, o objetivo é analisar, por meio de uma revisão de literatura, as relações entre currículo prescrito e território vivido na educação básica amazônica, discutindo as contribuições da interdisciplinaridade e da contextualização para a construção de práticas pedagógicas articuladas à diversidade territorial e sociocultural da região.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, desenvolvida por meio de uma revisão de literatura acerca das relações entre currículo, território, interdisciplinaridade e contextualização na educação básica amazônica. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto investigado, uma vez que o estudo busca compreender e discutir concepções, perspectivas e desafios relacionados à construção curricular em contextos territoriais marcados pela diversidade sociocultural.

A revisão de literatura foi desenvolvida a partir da seleção e análise de produções acadêmicas e obras de referência relacionadas às temáticas centrais do estudo, considerando contribuições teóricas sobre currículo, interdisciplinaridade, complexidade, território, contextualização e diversidade sociocultural na Amazônia. Entre os referenciais mobilizados, destacam-se os estudos de Sacristán (2000), Santos (2006), Fazenda (1994), Morin (2009), Santos (2010), Camargo et al. (2022), Barbosa, Silva e Santos (2023) e Silva et al. (2023).

O processo de análise da literatura foi orientado pela leitura interpretativa e pela articulação dos conceitos e argumentos presentes nas produções selecionadas, buscando identificar aproximações e tensões entre o currículo prescrito e as experiências vivenciadas nos diferentes territórios amazônicos. A análise foi organizada a partir de três eixos temáticos: a) currículo prescrito e território vivido; b) interdisciplinaridade e diálogo entre saberes; e c) contextualização curricular e diversidade territorial amazônica.

A partir desses eixos, buscou-se estabelecer um diálogo entre os diferentes referenciais teóricos, de modo a compreender como a literatura tem abordado os limites de uma organização curricular homogeneizante e as possibilidades de construção de práticas pedagógicas contextualizadas e interdisciplinares. Dessa forma, a revisão realizada não pretendeu apenas reunir concepções teóricas, mas analisar criticamente suas contribuições para a compreensão dos desafios da educação básica em contextos amazônicos.

CURRÍCULO E DIVERSIDADE TERRITORIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA AMAZÔNICA

Discutir o currículo da educação básica em contextos amazônicos exige considerar a diversidade dos territórios nos quais as escolas estão inseridas. A Amazônia não constitui uma realidade homogênea, mas um conjunto de territórios caracterizados por diferentes formas de organização social, cultural, econômica e ambiental. Povos indígenas, comunidades ribeirinhas, populações do campo, comunidades tradicionais e grupos que vivem em áreas urbanas e periféricas constituem diferentes modos de relação com o território e produzem conhecimentos vinculados às suas experiências e formas de vida. Essa diversidade coloca em questão modelos curriculares que, ao estabelecerem referências comuns para a educação, podem não contemplar adequadamente as especificidades dos contextos locais.

Sacristán (2000) compreende o currículo como uma construção social que se desenvolve por meio de diferentes processos de decisão e concretização. Essa compreensão permite perceber que existe uma distância entre o currículo formalmente prescrito e aquilo que efetivamente se realiza nas práticas educativas. Os documentos curriculares estabelecem conhecimentos, competências e orientações gerais, mas sua materialização ocorre em escolas concretas, inseridas em territórios específicos e constituídas por sujeitos que apresentam diferentes trajetórias, culturas e formas de compreender a realidade. Assim, o currículo não pode ser analisado apenas a partir de sua dimensão normativa, mas também a partir das condições e relações que envolvem sua realização no cotidiano escolar.

No contexto amazônico, essa relação entre currículo prescrito e realidade local apresenta desafios particulares. A diversidade territorial da região demanda uma educação capaz de reconhecer diferentes modos de vida e formas de produção de conhecimento. Entretanto, como discutem Camargo et al. (2022), a diversidade sociocultural das Amazônias ainda enfrenta processos de invisibilização no campo educacional, especialmente quando determinadas formas de conhecimento são consideradas secundárias diante dos saberes legitimados pela tradição escolar. A valorização da diversidade, nesse sentido, não deve ocorrer apenas como uma referência complementar nos documentos curriculares, mas precisa estar presente na organização das práticas pedagógicas e nas formas de construção do conhecimento escolar.

Essa problemática também está relacionada às formas pelas quais a própria Amazônia é representada no currículo. Silva et al. (2023) evidenciam que os discursos curriculares podem reproduzir uma visão limitada da região, privilegiando aspectos relacionados à floresta, à biodiversidade e aos recursos naturais, enquanto as dimensões sociais, culturais e históricas permanecem menos evidenciadas. Essa representação contribui para uma compreensão parcial da realidade amazônica e pode distanciar o currículo das experiências concretas dos estudantes. A Amazônia vivenciada cotidianamente pelos sujeitos é constituída não apenas por elementos naturais, mas também por relações sociais, práticas culturais, processos históricos, conflitos, desigualdades e diferentes formas de ocupação e uso do território.

A compreensão do território como dimensão constitutiva da experiência educativa encontra respaldo na perspectiva de Santos (2006), para quem o espaço resulta da articulação entre objetos e ações. Nessa perspectiva, o território vivido pelos estudantes não corresponde apenas ao espaço físico em que a escola está localizada, mas envolve as relações sociais, culturais e históricas que nela se estabelecem. Os rios, as florestas, as comunidades, os bairros, os espaços de trabalho, as práticas culturais e as experiências familiares constituem elementos que participam da formação dos sujeitos e que podem ser considerados no processo educativo.

Desse modo, aproximar o currículo do território vivido significa reconhecer que os estudantes chegam à escola trazendo conhecimentos construídos em suas experiências sociais e culturais. Os saberes relacionados às práticas comunitárias, às relações com o ambiente, às formas de trabalho e às manifestações culturais podem constituir pontos de partida para a construção de conhecimentos escolares. Essa aproximação, contudo, não significa substituir o conhecimento científico pelo conhecimento tradicional, mas estabelecer possibilidades de diálogo entre diferentes formas de conhecer e interpretar a realidade.

Nesse sentido, a discussão sobre currículo e diversidade territorial amazônica aponta para a necessidade de superar uma perspectiva homogeneizante da educação básica. A construção de um currículo socialmente significativo exige considerar as especificidades dos territórios e reconhecer os estudantes como sujeitos que participam ativamente da produção de conhecimentos. Para Camargo et al. (2022), enfrentar a chamada “monocultura das mentes” implica ampliar o reconhecimento da

diversidade sociocultural e epistemológica presente nas Amazônias. Essa perspectiva contribui para compreender o currículo como um espaço de diálogo entre diferentes saberes e experiências, capaz de estabelecer relações mais próximas entre os conhecimentos escolares e as realidades vivenciadas pelos estudantes.

Assim, a diversidade territorial amazônica constitui um elemento fundamental para repensar a organização curricular da educação básica. A tensão entre aquilo que é prescrito pelos documentos oficiais e aquilo que é vivido nos territórios evidencia a necessidade de práticas pedagógicas que considerem a realidade local como dimensão relevante da construção do conhecimento. Nesse processo, a interdisciplinaridade e a contextualização podem assumir papel estratégico, uma vez que possibilitam estabelecer relações entre diferentes áreas do conhecimento e entre os conteúdos escolares e as experiências concretas dos sujeitos. A discussão dessas duas dimensões constitui o próximo eixo de análise deste estudo.

INTERDISCIPLINARIDADE E DIÁLOGO DE SABERES NA EDUCAÇÃO BÁSICA AMAZÔNICA

A interdisciplinaridade constitui uma perspectiva importante para repensar a organização do conhecimento escolar e enfrentar a fragmentação que historicamente caracteriza o currículo. No campo educacional, Fazenda (1994) compreende a interdisciplinaridade como uma atitude diante do conhecimento, fundamentada na abertura ao diálogo e na construção de relações entre diferentes áreas e formas de saber. Essa perspectiva ultrapassa a simples realização de atividades envolvendo duas ou mais disciplinas, pois pressupõe uma compreensão integrada dos fenômenos e a construção de relações entre conhecimentos que, tradicionalmente, são abordados de maneira isolada.

A necessidade de superar a fragmentação dos conhecimentos também é discutida por Morin (2009), ao defender a construção de um pensamento capaz de articular diferentes dimensões da realidade. Para o autor, a organização fragmentada do conhecimento dificulta a compreensão de fenômenos complexos, que não podem ser explicados a partir de uma única perspectiva. Essa discussão apresenta particular relevância para a educação básica amazônica, considerando que questões relacionadas ao território, às mudanças ambientais, às culturas, aos modos de vida e às

desigualdades sociais estão interligadas e exigem abordagens que articulem diferentes campos do conhecimento.

Na Amazônia, a interdisciplinaridade pode contribuir para aproximar os conhecimentos escolares das questões presentes nos territórios vividos pelos estudantes. Problemáticas relacionadas aos rios, à floresta, às mudanças ambientais, à mobilidade das populações, às atividades econômicas e às manifestações culturais, por exemplo, podem ser analisadas a partir de diferentes áreas do conhecimento, permitindo uma compreensão mais ampla da realidade. Barbosa, Silva e Santos (2023) destacam que a complexidade da realidade amazônica demanda uma abordagem curricular capaz de superar a fragmentação disciplinar e considerar a multidimensionalidade dos fenômenos sociais e naturais.

Entretanto, pensar a interdisciplinaridade na Amazônia implica ampliar a compreensão sobre quais conhecimentos devem participar do diálogo educativo. A articulação entre disciplinas escolares não é suficiente quando se pretende reconhecer a diversidade epistemológica dos territórios amazônicos. Os conhecimentos produzidos por povos indígenas, comunidades ribeirinhas, populações do campo e outros grupos tradicionais também constituem referências importantes para compreender as realidades locais e podem estabelecer relações com os conhecimentos científicos e escolares.

Nesse sentido, a perspectiva da ecologia de saberes, discutida por Santos (2010), contribui para questionar a hierarquização das formas de conhecimento e defender a possibilidade de diálogo entre diferentes saberes. No contexto educacional amazônico, essa abordagem permite problematizar a invisibilização de conhecimentos historicamente produzidos pelas comunidades e reconhecer que os sujeitos carregam experiências e conhecimentos construídos em suas relações com o território. O diálogo entre esses saberes e o conhecimento científico pode ampliar as possibilidades de compreensão da realidade e favorecer processos educativos mais contextualizados.

A valorização dos saberes presentes nos territórios, contudo, não significa estabelecer uma oposição entre conhecimento científico e conhecimentos tradicionais. O desafio consiste em criar condições para que diferentes formas de conhecimento possam dialogar de maneira crítica e respeitosa. Nessa perspectiva, o conhecimento

escolar pode ser construído a partir da articulação entre os conteúdos sistematizados pelas diferentes áreas e os saberes que fazem parte das experiências dos estudantes e de suas comunidades. Essa articulação contribui para que o currículo deixe de ser compreendido como um conjunto fechado de conteúdos e passe a constituir um espaço de encontro entre diferentes formas de interpretar e compreender o mundo.

Camargo et al. (2022) destacam a necessidade de enfrentar a chamada “monocultura das mentes”, caracterizada pela valorização de uma única forma de conhecimento em detrimento da diversidade epistemológica. Na educação básica amazônica, essa problemática manifesta-se quando os conhecimentos indígenas, ribeirinhos e tradicionais são reduzidos a elementos folclóricos ou tratados apenas como complementos dos conteúdos escolares. A superação dessa perspectiva exige reconhecer esses saberes como parte das experiências dos sujeitos e como possibilidades de diálogo na construção do conhecimento.

A interdisciplinaridade, portanto, pode ser compreendida como uma possibilidade de articulação entre diferentes áreas do conhecimento e diferentes formas de saber. Ao considerar a complexidade dos fenômenos amazônicos e reconhecer os conhecimentos produzidos nos territórios, a prática interdisciplinar amplia as possibilidades de compreensão da realidade e contribui para uma educação mais significativa. Entretanto, sua efetivação depende de condições pedagógicas e institucionais que favoreçam o planejamento coletivo, a integração entre áreas e a abertura para o diálogo com os contextos socioculturais dos estudantes.

Dessa forma, a interdisciplinaridade, articulada ao diálogo de saberes, apresenta-se como uma perspectiva capaz de contribuir para a aproximação entre currículo e território. No entanto, para que essa aproximação se concretize, é necessário que os conhecimentos escolares estejam relacionados às experiências e aos problemas vivenciados pelos estudantes. Nesse sentido, a contextualização constitui outra dimensão fundamental para pensar uma educação básica comprometida com as especificidades dos diferentes territórios amazônicos.

CONTEXTUALIZAÇÃO CURRICULAR E TERRITÓRIO VIVIDO

A contextualização constitui uma dimensão importante para a construção de processos educativos relacionados às realidades dos estudantes. No entanto, sua efetivação não deve ser compreendida apenas como a utilização de exemplos do cotidiano para ilustrar conteúdos previamente definidos pelo currículo. Em uma perspectiva mais ampla, contextualizar significa estabelecer relações entre os conhecimentos escolares e as experiências concretas dos sujeitos, considerando as condições sociais, culturais e territoriais nas quais os processos educativos se desenvolvem. Nesse sentido, a contextualização contribui para que o conhecimento escolar adquira significado e estabeleça relações com as experiências vivenciadas pelos estudantes.

Na educação básica amazônica, essa discussão assume características particulares diante da diversidade dos territórios e das experiências que constituem a vida dos estudantes. As relações com os rios, as florestas, as comunidades, os espaços urbanos e periféricos, as práticas de trabalho, as manifestações culturais e as diferentes formas de organização social fazem parte das experiências cotidianas de muitos sujeitos da região. Considerar essas realidades no processo educativo significa reconhecer que o território pode constituir uma importante referência para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas.

A perspectiva de território apresentada por Santos (2006) contribui para ampliar essa compreensão. Ao considerar o espaço como resultado da relação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, o autor permite compreender o território para além de sua dimensão física. No campo educacional, essa concepção possibilita reconhecer o território vivido como espaço de relações, experiências e produção de conhecimentos. Assim, o território em que os estudantes vivem não representa apenas o cenário onde a escola está localizada, mas constitui uma dimensão que participa da formação de suas identidades, de suas experiências e de suas formas de compreender a realidade.

Partir do território vivido, portanto, implica reconhecer os estudantes como sujeitos que possuem conhecimentos construídos em suas relações familiares, comunitárias e culturais. Os saberes relacionados aos ciclos das águas, às práticas de pesca e agricultura, ao uso de plantas, às formas de deslocamento, às histórias das

comunidades e às manifestações culturais podem constituir elementos importantes para problematizar conteúdos e fenômenos abordados pela escola. Essa perspectiva não significa substituir os conhecimentos científicos pelos saberes locais, mas criar possibilidades de diálogo entre diferentes formas de conhecimento, estabelecendo relações que contribuam para ampliar a compreensão da realidade.

Nesse sentido, a contextualização pode ser articulada à interdisciplinaridade, uma vez que as questões presentes nos territórios amazônicos não se restringem aos limites de uma única área do conhecimento. Uma problemática relacionada, por exemplo, à dinâmica dos rios pode envolver conhecimentos de Ciências da Natureza, Geografia, História, Matemática e Língua Portuguesa, além dos saberes construídos pelas comunidades que estabelecem relações cotidianas com as águas. A partir dessa articulação, o território deixa de ser apenas um exemplo utilizado para explicar conteúdos e passa a constituir um ponto de partida para investigação e produção de conhecimento.

Barbosa, Silva e Santos (2023) apontam desafios relacionados à articulação entre interdisciplinaridade e contextualização nos documentos curriculares amazônicos, indicando limites para a incorporação da multidimensionalidade dos saberes. Essa questão evidencia que a contextualização não se efetiva apenas pela inclusão de referências locais nos planejamentos pedagógicos. É necessário que os conhecimentos e experiências dos estudantes sejam efetivamente considerados na definição dos problemas, das questões e das estratégias utilizadas no processo educativo.

A contextualização também contribui para questionar representações estereotipadas da Amazônia presentes no currículo escolar. Quando a região é apresentada exclusivamente como espaço de floresta, rios e biodiversidade, corre-se o risco de reduzir sua complexidade e distanciar o conhecimento escolar das experiências concretas dos estudantes. Silva et al. (2023) discutem essa problemática ao analisarem as formas de representação do contexto amazônico nos currículos escolares. Uma educação contextualizada, nesse sentido, precisa reconhecer a Amazônia em sua pluralidade, considerando tanto suas dimensões ambientais quanto suas realidades sociais, culturais, históricas e econômicas.

A valorização do território vivido também permite que a escola reconheça os conhecimentos produzidos pelas comunidades como parte das experiências educativas. Camargo et al. (2022) destacam a importância de enfrentar processos de invisibilização dos saberes e das diversidades socioculturais presentes nas Amazônias. Quando esses conhecimentos são incorporados ao processo pedagógico de maneira crítica e dialógica, os estudantes podem reconhecer suas próprias experiências como parte legítima da construção do conhecimento, fortalecendo as relações entre escola, comunidade e território.

Entretanto, a construção de um currículo contextualizado não significa abandonar os conhecimentos sistematizados ou restringir o ensino às experiências imediatas dos estudantes. O desafio consiste em estabelecer relações entre os conhecimentos escolares e as realidades territoriais, ampliando a capacidade dos estudantes de interpretar criticamente o mundo em que vivem. Dessa forma, o território vivido pode funcionar como ponto de partida para a problematização e investigação, enquanto os conhecimentos científicos e escolares contribuem para aprofundar e ampliar a compreensão dos fenômenos analisados.

Assim, a contextualização curricular, quando articulada à interdisciplinaridade e ao reconhecimento do território vivido, pode contribuir para superar a distância entre os conhecimentos prescritos e as experiências concretas dos estudantes. Na educação básica amazônica, essa perspectiva possibilita construir práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade dos territórios e estabeleçam diálogos entre diferentes saberes. Contudo, a efetivação dessa proposta enfrenta desafios relacionados à organização curricular, à formação docente e às condições concretas de trabalho nas escolas, aspectos que precisam ser considerados para compreender os limites e as possibilidades de uma educação interdisciplinar e contextualizada na Amazônia.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO INTERDISCIPLINAR E CONTEXTUALIZADA NA AMAZÔNIA

A construção de uma educação interdisciplinar e contextualizada na Amazônia enfrenta desafios relacionados tanto à organização do currículo quanto às condições concretas de funcionamento das escolas. A permanência de uma estrutura curricular

fortemente disciplinar, associada à fragmentação dos conhecimentos e à dificuldade de articulação entre diferentes áreas, constitui um dos principais obstáculos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradas. Embora a interdisciplinaridade seja reconhecida como princípio importante para a educação, sua efetivação exige mudanças na forma de planejar, organizar e desenvolver o trabalho pedagógico.

Fazenda (1994) destaca que a interdisciplinaridade pressupõe uma atitude de abertura ao diálogo e de cooperação entre diferentes áreas do conhecimento. Entretanto, a organização tradicional da escola, marcada pela divisão dos conteúdos em disciplinas, horários e componentes curriculares específicos, pode dificultar a construção de propostas integradas. Na realidade amazônica, esse desafio é ampliado pela diversidade dos territórios e pela necessidade de considerar diferentes contextos socioculturais no planejamento das práticas educativas.

Outro aspecto relevante refere-se à formação dos professores. A construção de práticas interdisciplinares e contextualizadas demanda profissionais capazes de estabelecer relações entre diferentes conhecimentos e de reconhecer as experiências dos estudantes como elementos importantes do processo educativo. Entretanto, uma formação docente marcada pela especialização disciplinar pode limitar a construção de propostas que ultrapassem as fronteiras entre as áreas. Nesse sentido, a formação inicial e continuada precisa favorecer o diálogo entre conhecimentos, a reflexão sobre as realidades territoriais e a elaboração coletiva de estratégias pedagógicas relacionadas aos contextos nos quais os professores atuam.

As condições concretas de trabalho também representam um desafio significativo. O desenvolvimento de propostas interdisciplinares requer tempo para planejamento, diálogo entre professores e articulação com a comunidade escolar. Entretanto, jornadas de trabalho extensas, dificuldades de infraestrutura, escassez de materiais pedagógicos contextualizados e limitações de recursos podem dificultar a realização dessas ações. Barbosa, Silva e Santos (2023) evidenciam que as condições estruturais das escolas constituem limites para a implementação de práticas curriculares capazes de articular interdisciplinaridade, contextualização e complexidade.

Outro desafio consiste na produção e utilização de materiais didáticos que contemplem a diversidade dos territórios amazônicos. A predominância de materiais elaborados a partir de referências gerais pode contribuir para a reprodução de representações simplificadas da região, especialmente quando a Amazônia é apresentada prioritariamente a partir de seus aspectos naturais. Silva et al. (2023) chamam atenção para as formas pelas quais o contexto amazônico é representado nos currículos, evidenciando a necessidade de ampliar as perspectivas sobre a região e considerar suas dimensões sociais, culturais e históricas.

Diante desses desafios, a construção de uma educação contextualizada exige reconhecer o território como uma dimensão efetiva do currículo. Isso significa considerar as experiências dos estudantes, os conhecimentos produzidos nas comunidades e as questões presentes no cotidiano como possibilidades de investigação e aprendizagem. A contextualização, nessa perspectiva, não se limita à utilização de exemplos locais para explicar conteúdos, mas envolve a construção de relações entre os conhecimentos escolares e as realidades vivenciadas pelos sujeitos.

A interdisciplinaridade pode contribuir para esse processo ao possibilitar que problemas e questões presentes no território sejam analisados a partir de diferentes perspectivas. Questões relacionadas às águas, às mudanças ambientais, às atividades econômicas, às manifestações culturais e às formas de ocupação dos territórios podem constituir temas de investigação que mobilizem conhecimentos de diferentes componentes curriculares. Dessa forma, o currículo pode ser organizado não apenas a partir da divisão disciplinar dos conteúdos, mas também a partir de problemas e questões significativas para os estudantes.

Outra possibilidade está no fortalecimento do diálogo entre escola e comunidade. A aproximação com os sujeitos que constituem os territórios pode ampliar as oportunidades de aprendizagem e contribuir para o reconhecimento de diferentes formas de conhecimento. Os saberes indígenas, ribeirinhos, camponeses e tradicionais podem participar dos processos educativos por meio de atividades que valorizem as narrativas, as memórias, as práticas culturais e os conhecimentos construídos pelas comunidades. Essa perspectiva aproxima-se da ecologia de saberes discutida por Santos (2010), ao reconhecer a possibilidade de diálogo entre diferentes

formas de conhecimento sem reduzir a diversidade epistemológica a uma única perspectiva.

Camargo et al. (2022) ressaltam a importância de enfrentar processos de invisibilização da diversidade sociocultural nas Amazônias. Nesse sentido, uma educação interdisciplinar e contextualizada pode contribuir para que os estudantes reconheçam seus territórios e suas experiências como dimensões legítimas da construção do conhecimento. A valorização desses saberes pode fortalecer o vínculo entre escola e comunidade e favorecer processos educativos mais próximos das realidades dos sujeitos.

Entretanto, é necessário reconhecer que a construção de um currículo contextualizado não depende exclusivamente da iniciativa individual dos professores. Embora a atuação docente seja fundamental, mudanças mais consistentes exigem políticas educacionais que considerem as especificidades dos territórios amazônicos, investimentos na formação de professores, condições adequadas de trabalho e materiais pedagógicos que dialoguem com as diferentes realidades regionais. A contextualização e a interdisciplinaridade precisam, portanto, ser acompanhadas de condições institucionais que possibilitem sua efetivação.

A análise da literatura permite compreender, assim, que o principal desafio não está apenas em inserir conteúdos relacionados à Amazônia no currículo, mas em repensar a própria relação entre conhecimento escolar, território e sujeitos. A superação de uma perspectiva curricular homogeneizante exige reconhecer que os territórios amazônicos produzem conhecimentos, experiências e formas de vida que podem contribuir para a construção de processos educativos mais significativos. Nesse movimento, a interdisciplinaridade possibilita articular diferentes áreas do conhecimento, enquanto a contextualização aproxima os conteúdos escolares das experiências concretas dos estudantes.

Desse modo, uma educação interdisciplinar e contextualizada na Amazônia pressupõe uma mudança de perspectiva sobre o currículo. Em vez de compreender o território apenas como cenário de aplicação dos conhecimentos previamente definidos, é necessário reconhecê-lo como espaço de experiências, problematização e produção de saberes. Essa mudança pode contribuir para aproximar o currículo

prescrito do território vivido e fortalecer uma educação capaz de dialogar com a diversidade sociocultural e territorial das Amazônias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida neste artigo permitiu compreender que a relação entre currículo prescrito e território vivido constitui um dos principais desafios para a educação básica em contextos amazônicos. A revisão de literatura evidenciou que, embora os documentos curriculares reconheçam a importância da contextualização e da interdisciplinaridade, ainda permanecem dificuldades para articular as orientações curriculares às diferentes realidades socioculturais e territoriais nas quais as escolas estão inseridas.

A análise também evidenciou que a Amazônia não pode ser compreendida como um território homogêneo. As diferentes territorialidades indígenas, ribeirinhas, camponesas, urbanas e periféricas apresentam modos de vida, experiências e conhecimentos específicos que precisam ser considerados na construção dos processos educativos. Nesse sentido, a aproximação entre currículo e território vivido representa uma possibilidade de superar perspectivas curriculares que reduzem a complexidade amazônica e valorizam de maneira insuficiente os saberes produzidos pelos sujeitos e pelas comunidades.

No que se refere à interdisciplinaridade, a literatura analisada aponta sua importância para superar a fragmentação dos conhecimentos e favorecer uma compreensão mais ampla dos fenômenos presentes na realidade amazônica. Entretanto, sua efetivação exige mais do que a articulação pontual entre disciplinas. Pressupõe abertura ao diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e entre conhecimentos científicos, escolares e saberes produzidos nos territórios. A interdisciplinaridade, nesse sentido, pode contribuir para que problemas e questões presentes no cotidiano dos estudantes sejam analisados de maneira integrada e crítica.

A contextualização, por sua vez, apresenta-se como uma possibilidade de aproximar os conhecimentos escolares das experiências concretas dos estudantes. A análise realizada permite compreender que contextualizar não significa apenas utilizar exemplos relacionados à realidade local, mas reconhecer o território vivido como uma

dimensão relevante para a construção do conhecimento. As experiências, memórias, práticas culturais e conhecimentos das comunidades podem constituir pontos de partida para a problematização e investigação, estabelecendo relações com os conhecimentos sistematizados pela escola.

Entretanto, a construção de uma educação interdisciplinar e contextualizada na Amazônia enfrenta desafios relacionados à fragmentação curricular, à formação docente, às condições de trabalho, à disponibilidade de materiais pedagógicos e à distância entre as orientações curriculares e as realidades locais. Dessa forma, a efetivação dessas perspectivas não depende exclusivamente da iniciativa individual dos professores, mas requer condições institucionais e políticas educacionais que reconheçam as especificidades dos diferentes territórios amazônicos.

Diante disso, a revisão de literatura permite concluir que aproximar o currículo prescrito do território vivido exige repensar a própria concepção de currículo e sua relação com os sujeitos e os contextos educativos. A interdisciplinaridade e a contextualização, articuladas ao reconhecimento da diversidade territorial e sociocultural, podem contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais significativas e comprometidas com as realidades amazônicas. Mais do que inserir conteúdos sobre a Amazônia, trata-se de reconhecer as diferentes Amazônias como espaços de produção de conhecimentos e de experiências que podem dialogar com os saberes escolares.

Como perspectiva para novos estudos, recomenda-se o desenvolvimento de pesquisas empíricas que investiguem como as relações entre currículo prescrito e território vivido se concretizam no cotidiano das escolas amazônicas. Estudos de campo envolvendo professores, estudantes e comunidades podem contribuir para compreender de que maneira a interdisciplinaridade e a contextualização são efetivamente incorporadas às práticas pedagógicas e quais obstáculos são encontrados em diferentes contextos territoriais. Também se mostram relevantes pesquisas comparativas entre escolas indígenas, ribeirinhas, do campo e urbanas, bem como investigações sobre a formação inicial e continuada de professores para o desenvolvimento de práticas curriculares contextualizadas e interdisciplinares. Essas pesquisas poderão ampliar a compreensão sobre as especificidades educacionais das diferentes Amazônias e contribuir para a formulação de políticas curriculares e

estratégias pedagógicas mais sensíveis à diversidade territorial e sociocultural da região.

Conclui-se, portanto, que uma educação básica socialmente significativa na Amazônia demanda um currículo capaz de estabelecer relações mais efetivas entre conhecimento, território e sujeitos. A superação da distância entre o currículo prescrito e o território vivido constitui um processo complexo, que envolve mudanças na formação docente, na organização curricular e nas condições de trabalho das escolas. Ainda assim, a literatura analisada aponta que reconhecer a diversidade dos territórios e promover o diálogo entre diferentes saberes constitui um caminho relevante para a construção de uma educação interdisciplinar, contextualizada e comprometida com a realidade dos estudantes amazônicos.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Suellen Ferreira; SILVA, Fabiana Sena da; SANTOS, Marcio Antonio Raiol dos. Currículo e interdisciplinaridade na Amazônia brasileira: análise do documento curricular do estado do Pará à luz da teoria da complexidade. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 21, p. 1-24, 2023. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2023v21e59446>. Acesso em: 4 ago. 2026.
- CAMARGO, Leila Maria; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej; GOMES, Raimunda Kelly Silva; FIGUEIREDO, Arthane Menezes. Diversidade sociocultural e currículo nas Amazônias: desafios no enfrentamento à monocultura das mentes. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 238-261, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/54813>. Acesso em: 4 ago. 2026.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Campinas: Papirus, 1994.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- SACRISTÁN, José Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SILVA, João Paulo da et al. Currículo escolar e Amazônia(s): formas de ver e pensar o contexto amazônico. *Revista Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 16, n. 1, 2023.